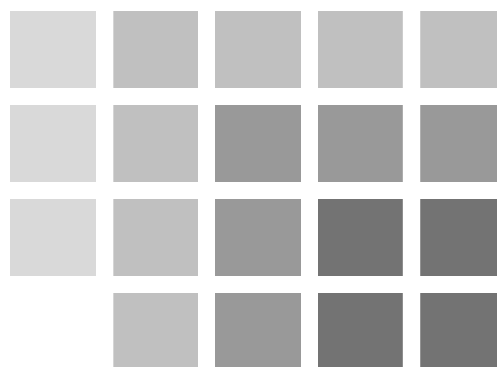


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Relatório de Gestão 2008



Í N D I C E

INTRODUÇÃO	4
I – INFORMAÇÕES GERAIS	4
II- OBJETIVOS, METAS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	9
III- RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	38
IV- RESTOS A PAGAR	39
V- TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA	39
VI- ENTIDADES FCHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.	40
VII- FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	40
VIII- RENUNCIA TRIBUTÁRIA	40
IX- DECLARAÇÃO SOBRE BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA	40
X- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS	40
XI- DEMONSTRATIVO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO	40

XII- PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	40
XIII- PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	46
XIV- INFORMAÇÃO QUANTO AO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	47
XV- DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO ENVIO AO TRIBUNAL FOI DISPENSADO COM BASE NOS INCISOS I A IV DO ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – TCU Nº 56.	47
XVI- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	47
CONCLUSÃO	51

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 57/TCU/2008, e na Decisão Normativa nº 93/2008, retrata as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), com destaque para as ações implementadas com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração e oferecer aos jurisdicionados uma justiça ágil e eficiente.

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro está presente em 20 municípios do Estado do Rio de Janeiro, totalizando 106 unidades judiciárias, assim discriminadas: 78 Varas Federais, 26 Juizados Especiais Federais e 2 Turmas Recursais. Há Varas especializadas em matéria cível, criminal, execução fiscal e previdenciária. Os Juizados autônomos são especializados em matéria cível, previdenciária e cível/criminal.

Atualmente, do total de 58 unidades instaladas na Capital, 02 são Turmas Recursais, 26 são Varas que têm competência cível; 09 julgam ações criminais; 08 são Varas de Execução Fiscal e 04 Varas Previdenciárias. Os Juizados autônomos são 05 cíveis e 04 previdenciários.

Das 48 unidades instaladas no Interior, 26 são Varas mistas, processam feitos cíveis, criminais previdenciários e de execução fiscal; 01 é Vara especializada em execução penal; 04 são Varas especializadas em execução fiscal; 12 são Juizados cíveis e 05 são Juizados mistos. A interiorização da SJRJ propiciou, além da evidente vantagem para os cidadãos residentes nas cidades do interior, que não precisarão mais se deslocar até a capital para dispor dos serviços da Justiça Federal, a possibilidade de agilização dos julgamentos dos processos de execução fiscal em favor da União, com a cobrança das dívidas apuradas de forma mais eficiente.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

A Justiça Federal da 2ª Região é composta pelo Tribunal Regional Federal, com sede no Estado do Rio de Janeiro, e pelas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

1.1. Nome do órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro - SJRJ

1.2. Número do CNPJ: 05.424.540/0001-16

1.3. Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público

1.4. Vinculação: Conselho da Justiça Federal

1.5. Endereço completo da sede:

Av. Rio Branco nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Tel: (21) 2510-8805

Fac-símile: (21) 2510-8807

1.6. Endereço da página institucional: www.jfrj.gov.br

1.7. Código da unidade gestora e gestão utilizados no SIAFI: UG 090016 – Gestão 0001

1.8. Norma de Criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

A Lei nº 5.010, de 30/05/66, disciplina a organização da Justiça Federal de Primeira Instância, que tem como finalidade julgar causas em que estejam envolvidos a União Federal, suas instituições e as autoridades que as representam, Estado ou cidadão estrangeiro, organismo internacional e direitos indígenas, tendo esta Seção Judiciária competência territorial para atuar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

1.9. Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:

VIGÊNCIA: 125

ATO LEGAL: Ato

NÚMERO: 83 de 15/02/2006, DJ II de 01.03.2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 14.02.2006

RESUMO: Declara instaladas as 1ª e 2ª Varas Federais de São Gonçalo.

VIGÊNCIA: 126

ATO LEGAL: Ato

NÚMERO: 97 de 22/02/2006, DJ II de 01.03.2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional – SJRJ

DATA INICIAL: 21.02.2006

RESUMO: Declara instalada a Vara Federal de Barra do Piraí, Seção de Contadoria e Seção de Apoio.

VIGÊNCIA: 127

ATO LEGAL: Portaria

NÚMERO: 12 - GDF de 08/03/2006, DOE II de 15.03.2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DATA INICIAL: 08.03.2006

RESUMO: A SEMAN de São Gonçalo, subordinada à CCOM, além das atividades inerentes à sua finalidade, responderá pela distribuição e atividades judiciárias correlatas em conformidade com as orientações funcionais da Subsecretaria de Distribuição e Atividades Judiciárias (SDI) .

VIGÊNCIA: 128

ATO LEGAL: Portaria

NÚMERO: 11 - GDF de 08/03/2006, DOE II de 15.03.2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 21.03.2006

RESUMO: Os cálculos judiciais relativos aos JEF's da capital serão realizados por um supervisor, reservado para a Seção de Contadoria de Nova Iguaçu.

Os cálculos judiciais relativos aos processos convencionais em tramitação nas varas mistas serão realizados pela Seção de Contadoria de São Gonçalo, instalada na própria Subseção.

VIGÊNCIA: 129

ATO LEGAL: Ato

NÚMERO: 196 de 11/04/2006, DJ II de 19.04.2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 19.04.2006

RESUMO: Declara instalada a Vara Federal de Nova Iguaçu, Seção de Apoio Administrativo de Nova Iguaçu e um setor responsável pela distribuição. .

VIGÊNCIA: 130

ATO LEGAL: Ofício

NÚMERO: 0734/2006 – PRES de 28/04/2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 09.05.2006

RESUMO: A Presidência do TRF 2ª Região autorizou a utilização provisória de uma FC 04 dentre aquelas reservadas pelo art. 14, dentre aquelas reservadas da Resolução nº 6, referente à Vara Federal sem previsão de instalação.

VIGÊNCIA: 131

ATO LEGAL: Ofício

NÚMERO: 0975/2006 – PRES de 07/06/2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 20.06.2006

RESUMO: A Presidência do TRF 2ª Região autorizou a utilização provisória de uma FC 05, no lugar da FC 04, dentre aquelas reservadas pelo art. 14, dentre aquelas reservadas da Resolução nº 6, referente à Vara Federal sem previsão de instalação.

VIGÊNCIA: 132

ATO LEGAL: Resolução

NÚMERO: 15/2006 – PRES de 01/06/2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 12.06.2006

RESUMO: Remaneja uma 1 (uma) função FC 05 de Oficial de Gabinete, destinada a um dos gabinetes da Turma Recursal, para o quadro do TRF da 2ª Região

VIGÊNCIA: 133

ATO LEGAL: Resolução

NÚMERO: 23 de 30/08/2006, DOU II de 27.09.2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ

DATA INICIAL: 28/10/2006

RESUMO: na Estrutura Administrativa: cria Unidades (entre Núcleo, Coordenadorias, Seções e Setores); desloca Unidades com as respectivas Funções Comissionadas; extingue uma Assessoria; extingue Unidades; altera denominação de Unidades; destina Funções e transforma Funções Comissionadas; redefine a estrutura da 1ª Vara Federal Criminal, no que tange à Central de Penas e Medidas Alternativas – CPMA.

VIGÊNCIA: 134

ATO LEGAL: Resolução Conjunta

NÚMERO: 06/2006 – PRES de 11/12/2006

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 18.12.2006

RESUMO: Modifica a competência das Varas Federais e Juizados Especiais Adjuntos de São João de Meriti e dos Juizados Especiais de Nova Iguaçu. Transforma a 1ª e 2ª Varas Federais de São João de Meriti em Juizados Especiais Federais. Declarar extintos, a partir da instalação dos Juizados Especiais Federais Autônomos de SJM, os Juizados Especiais Adjuntos às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª Varas Federais de São João de Meriti. OBS : a 3ª terá competência para Execução Penal.

VIGÊNCIA: 135

ATO LEGAL: Resolução

NÚMERO: 11/2007 – PRES de 07/11/2007

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 13.11.2007

RESUMO: Remaneja 5 FCs 04 das Turmas Recursais SJRJ e transforma-as em 3 FCs 06 para o TRF 2ª Região. Transforma 3 CJs 1 do TRF 2ª Região em 2 CJs 3 para as Direções de Secretaria das Vara Federal de São Gonçalo e Juizado de Nova Iguaçu. Transforma 11 FCs (8 FCs 05 e 3FCs

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

04 das Turmas Recursais) da SJRJ em 4 FCs 05, 4 FCs 04, 2 FCs 03 2 FCs 02., destinadas às duas Varas Novas, além de duas FCs 05 de Supervisor reservadas pelo art. 21 da Res. 23/2006.

ÓRGÃOS: Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo e Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu.

VIGÊNCIA: 136

ATO LEGAL: Resolução

NÚMERO: 05/2008 – PRES de 10/04/2008

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 18.04.2008

RESUMO: Remaneja 1 FC 01 vaga da Resolução 06/2005 – TRF para o TRF 2ª Região. Cria, por transformação, além das mencionadas no art. 5º da Resolução 11/2007, mais 2 FCs 01 também destinadas para o TRF 2ª Região. Exclui 2 FCs 01 das Turmas Recursais e as destina para as duas Varas Novas, Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo e Juizado Especial Federal de Nova Iguaçu.

VIGÊNCIA: 137

ATO LEGAL: Ato

NÚMERO: 298/2008 – PRES de 02/06/2008

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 02.06.2008

RESUMO: Declara instalada a 9ª Vara Federal Criminal, em virtude de transformação da 9ª Vara Federal Cível, conforme Resolução nº 02/2008 – TRF 2ª Região.

ÓRGÃO: 9ª Vara Federal Criminal

VIGÊNCIA: 138

ATO LEGAL: Resolução

NÚMERO: 15/2008 – PRES de 18/07/2008 e 17/2008 de 19/08/2008

DESCRIÇÃO: Altera a estrutura organizacional - SJRJ

DATA INICIAL: 05.08.2008

RESUMO: A Resolução nº 15 remaneja, extingue, cria e altera a denominação de diversas unidades administrativas da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Extingue as unidades subordinadas à Coordenadoria de Penas e Medidas Alternativas, deslocando-a da 1ª Vara Federal Criminal para 9ª Vara Federal Criminal. Destina 2 FCs 01 para a 9ª Vara Federal Criminal.

A Resolução nº 17 altera a denominação da Coordenadoria de Penas e Medidas Alternativas para Seção de Penas e Medidas Alternativas e altera unidades da Subsecretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

II – OBJETIVOS, METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A Lei nº 11.647, de 24/3/2008, aprovou o Orçamento Geral da União para 2008, estimando a receita e fixando a despesa para o exercício. Coube à Justiça Federal do Rio de Janeiro importância de R\$ 606.407.619,21 (seiscentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e um centavos), distribuídos em dois Programas (0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal com 08 atividades e 03 projetos; e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com 01 atividade), conforme planilha abaixo, nos termos da Resolução nº 06, de 18/4/2008, e da Resolução nº 27, de 31/12/2008, ambas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Dotação Inicial	486.628.659,00
Acréscimos	119.778.960,21
Especiais	-
Redução orçamentária	-
DOTAÇÃO AUTORIZADA	606.407.619,21
Destaques Recebidos	-
Destaques Concedidos	-
TOTAL	-
Dotação Indisponível	-
TOTAL GERAL	606.407.619,21

Dotação por Programa

PROGRAMA	Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	90.290.440,00	-	90.290.440,00
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	516.117.179,21	-	516.117.179,21
TOTAL	606.407.619,21	-	606.407.619,21

Os recursos disponibilizados nas diversas Atividades e Projetos permitiram a esta Seção Judiciária empreender ações no sentido de viabilizar a prestação jurisdicional durante a execução do orçamento, em conformidade com as metas pré-estabelecidas, com o fito de solucionar as demandas de ampliação, desenvolvimento e manutenção das atividades desenvolvidas pelas varas federais e Juizados especiais federais.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Discriminamos, a seguir, os objetivos e metas dos programas 0569- Prestação Jurisdicional na Justiça Federal e 0089- Previdência de Inativos e Pensionistas da União, bem como seus principais resultados.

1- IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL

OBJETIVO: Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

A- Demonstrativo da Dotação / Execução do Programa / Atividades

Ação : Atividade	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamento	Física	Financeira	Física
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores. Meta: Servidor beneficiado.	2.552.281,00	4.659	2.480.559,99	3.814*
2010 – Assistência Pré – Escolar aos Dependentes. Meta: Criança de 0 a 6 anos atendida	1.644.080,00	484	1.643.147,00	567*
2011 – Auxílio Transporte aos Servidores. Meta: Servidor beneficiado (unidade)	1.268.535,00	858	1.267.888,45	844*
2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores. Meta: Servidor beneficiado (unidade)	18.536.920,00	2.574	18.536.220,34	2.586*
4091 – Capacitação de Recursos Humanos. Meta: Servidor capacitado (unidade)	319.100,00	1.026	314.933,09	2.120
4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes. Meta: Pessoa Assistida (unidade)	2.828.078,00	8.940	2.828.078,00	13.320
4257 – Julgamento de Causas Meta: Processos Julgados (unidade)	411.543.165,94	275.550	411.493.658,92	260.583

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Observações

* Seguindo orientação do CJF, foi lançada a média do quantitativo realizado no exercício.

Segundo orientação do CJF para o preenchimento do SIGPLAN, o total financeiro realizado corresponde ao total empenhado no exercício (total liquidado + o total que será inscrito em restos a pagar).

Ação : Projeto	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamento	Física	Financeira	Física
103E – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Pedro da Aldeia-RJ Meta: Sede construída com 1.905 m ² (% de execução física).	1.815.000,00	46,53%	1.806.738,97	1,96%
1890 – Reforma de Edifício da SJRJ. Meta: Edifício reformado com 10.136 m ² (% de execução física).	4.030.000,00	25,02%	4.029.028,14	0
3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação. Meta: Sistema implantado (unidade)	2.535.305,27		2.343.027,29	

Observações

Segundo orientação do CJF para o preenchimento do SIGPLAN, o total da execução financeira corresponde ao total empenhado no exercício (total liquidado + o total que será inscrito em restos a pagar).

B - Resultado da Execução

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes

De acordo com o art. 230 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/1997, cabe à União prestar assistência à saúde ao magistrado ou servidor, ativo ou inativo, e à sua família, compreendendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, visando à melhoria do desempenho funcional e ao aumento da qualidade e capacidade laborativa, o que contribui para um melhor atendimento à população que busca a tutela jurisdicional.

Para atendimento a essa finalidade, são computados os quantitativos de servidores e de dependentes incluídos no Plano de Saúde, no Auxílio-Saúde e no Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia – PAPSÍ.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Benefício	Servidores e Dependentes
Plano de saúde	3308
Auxílio - Saúde	1888
PAPSI	87 (somente servidores)

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4659	2939	2937	2921	2936	0	5851	4184	742	4224	7970	5466	5602

Fonte: SIGPLAN

A meta física prevista para o exercício foi de 4.659 atendimentos a servidores e dependentes e a dotação autorizada de R\$ 2.552.281,00 (dois milhões, quinhentos e cinqüenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais) tendo sido executado o valor de R\$ 2.480.559,99 (dois milhões quatrocentos e oitenta mil, quinhentos e cinqüenta e nove reais e noventa e nove centavos), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 632.842,39 (seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois mil e trinta e nove centavos). A meta física realizada, média dos 12 meses foi de 3.814. No mês de maio não houve pagamento do plano de saúde tendo sido os atendimentos deste mês incorporados ao mês de junho.

As realizações no âmbito das atividades relativas à atenção à saúde vão além das ações supracitadas, englobando, também, ações de atendimento de enfermagem, médico, odontológico, psicológico e social, realizadas em consultórios localizados nas dependências da SJRJ, e campanhas visando a promover a saúde e a qualidade de vida, que geraram cerca de 13.800 atendimentos, conforme quadro abaixo.

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Atendimentos médicos	Magistrados, servidores, estagiários e usuários)	5.003
Atendimentos de enfermagem	Magistrados, servidores, estagiários e usuários	4.645
Atendimentos odontológicos	Magistrados, servidores, estagiários e dependentes de servidores e magistrados	2.608
Atendimentos psicológicos e sociais	Servidores	741
Campanhas de Saúde Bucal	Magistrados, servidores e dependentes de 5 a 14 anos	185
Campanha de Atenção à Saúde nas Subseções Judiciárias	Magistrados e servidores	611

TOTAL	13.793
--------------	---------------

Fonte: Coordenadoria de Assistência Médica e Social – CAMS/SRH

As ações acima relacionadas resultaram em melhoria das condições de saúde do público-alvo, sendo os atendimentos médicos, de enfermagem, odontológicos, psicológicos e sociais uma das atividades fundamentais da Seção de Serviços de Saúde, complementadas pelas Campanhas de Saúde, que contemplaram estratégias de melhoria de qualidade de vida, propiciando o incremento dos índices de produtividade dos servidores e redução do absenteísmo.

Em continuidade ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, foram promovidos alguns eventos, como a Campanha de Atenção à Saúde nas Subseções Judiciárias, Campanhas Odontológicas, e ações das equipes dos Programas de Saúde Ocupacional e Ambiente de Trabalho Livre de Cigarro.

1. **Campanha de Atenção à Saúde nas Subseções Judiciárias:** teve o objetivo de disseminar informações sobre a prevenção de doenças além da realização do mapeamento do estado de saúde geral dos servidores das 19 Subseções visitadas. O evento, que ocorreu nos meses de agosto e setembro/2008, contou com a participação de 611 magistrados e servidores.

Durante o evento foram oferecidas ações em educação, prevenção e proteção à saúde a fim de estimular reflexões e questionamentos voltados para um estado de saúde ideal, promovendo entre os servidores uma mudança de comportamento voltada para atitudes mais saudáveis e, conseqüentemente, a conquista de uma vida mais equilibrada.

2. **Programa de Saúde Bucal:** nos meses de julho e novembro/2008, foram realizadas duas campanhas, uma voltada para os magistrados e servidores, “Valorize o seu sorriso! Sorria para a vida!”, visando à conscientização da importância da higiene bucal, que atendeu a 132 (cento e trinta e dois) participantes; e a segunda edição da Campanha de Aplicação do Flúor, que atendeu a 53 crianças, dependentes dos servidores e magistrados desta Seccional.

3. **Programa de Saúde Ocupacional:** este é um programa de caráter preventivo, para o rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde, relacionados ao trabalho, objetivando contribuir para a redução do esforço e do desconforto das pessoas na execução de suas atividades laborativas e, conseqüentemente, colaborar na redução dos adoecimentos por problemas osteomusculares.

Em 2008, deu-se continuidade à primeira fase do projeto a partir de visitas às Subseções Judiciárias, enfocando as orientações posturais para o desempenho de atividades como atendimento ao balcão, levantamento e transporte de pesos, e alguma abordagem, também, sobre o comportamento emocional dos servidores no trabalho em equipe. Durante as visitas, além da apresentação do novo módulo, foram devolvidos os resultados das avaliações feitas durante o primeiro módulo. Nesse momento foram, também, dados esclarecimentos e feitas correções nos postos de trabalho informatizados.

4. **Ginástica Laboral:** este é um projeto que faz parte do Programa de Saúde Ocupacional, e foi desenvolvido entre abril/2007 e abril/2008 em 50 pontos de trabalho, distribuídos entre os foros da Av. Rio Branco e Av. Venezuela, com objetivo de realizar, sob orientação, de exercícios de alongamento, relaxamento muscular e flexibilidade das articulações.

Dentre os resultados que se pretendeu alcançar, podemos destacar a redução de queixas clínicas; estímulo à prática de atividades físicas; e também a melhor integração das equipes de trabalho, devido, entre outros fatores, à dinâmica dos profissionais, conforme avaliação realizada entre os servidores dos setores onde o programa foi desenvolvido.

A procura, por parte não só dos setores que já participaram, mas também por outros que desejam participar, indicam a boa aceitação do programa pelos servidores, o que, por si só, pode ser entendido como um avanço, pois mostra que nossa população alvo já se encontra sensível à mudança de atitude em relação à sua própria saúde.

O contrato com a empresa prestadora dos serviços terminou em abril/2008. Tentou-se nova licitação, mas não foi bem sucedida. A retomada do programa está planejada para o primeiro semestre de 2009.

5. **Programa Ambiente de Trabalho Livre de Cigarro:** em 2008 a equipe de saúde realizou a segunda edição da campanha “Fique 24 Horas sem Fumar”, no dia 31/05, em alusão ao *Dia Mundial Sem tabaco*. A proposta da Campanha foi convidar os fumantes a tentarem permanecer um dia sem cigarros. Além de sensibilizar e conscientizar toda a população, em especial os “fumantes passivos”, aqueles que, apesar de não fumarem, convivem com fumantes, quanto aos males do fumo e as formas tratamento e equipes de apoio existentes na rede pública de saúde.

Realizou-se distribuição de panfletos e folhetos fornecidos pelo Ministério da Saúde, nos Foros da Av. Rio Branco e Venezuela. Foram trocados 11 maços de cigarros por camisetas de divulgação do evento.

6. **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA):** teve início em novembro/2007, com o objetivo de avaliar treze setores da SJRJ (Capital), de diferentes áreas, previamente selecionados, a fim de identificar e quantificar os riscos ambientais (avaliações relativas à luminosidade, aos ruídos, à temperatura do ambiente, às condições ergonômicas, à presença de poeira).

Em março/2008 foram entregues os relatórios e mapas de riscos e, em abril, a empresa, junto à Coordenadoria de Assistência Médica e Social, apresentaram os resultados para a Direção

Além de ser essencial para o início do PCMSO (exames periódicos ocupacionais), os mapas de riscos também apontaram problemas que envolvem outras subsecretarias e cuja solução é fundamental para a saúde e o bem-estar de toda a população que trabalha nas instalações desta Seccional, tais como: as condições do sistema de ar condicionado central dos prédios da Rio Branco, os extintores de incêndio com validade vencida, no Arquivo Geral, existência de pragas urbanas (ratos, baratas e outros insetos) devido ao acúmulo de entulhos, dentre outros problemas.

2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos servidores

Os arts. 7º, XXV, e 227, § 1º, I, CF/88, e art. 54, IV da Lei nº 8.069/90, incumbem o Estado de promover a aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde, na assistência materno-infantil, promovendo a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.

Esta ação permite assegurar a assistência pré-escolar dos dependentes dos magistrados e servidores ativos, na faixa etária de 0 a 06 anos, incluindo os portadores de necessidades especiais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida, consistindo no pagamento de valor para fins de custeio parcial ou integral, da creche ou da pré-escola, no qual o dependente esteja matriculado.

Os procedimentos para concessão do benefício previsto no Plano de Assistência Pré-Escolar (PAPE) encontram-se regulamentados pela Instrução Normativa nº 28-01, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, estando vigente o valor máximo de reembolso de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), conforme Portaria nº 101, de 14/12/2005, do Conselho da Justiça Federal, com efeitos a partir de 01.12.2005.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A meta física prevista para o exercício foi de 484 dependentes e a dotação autorizada de R\$ 1.644.080,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e oitenta reais) tendo sido executado o valor de R\$ 1.643.147,00 (um milhão seiscentos e quarenta e três mil e cento e quarenta e sete reais), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinqüenta e três mil reais). A média dos 12 meses, meta executada, foi de 567 atendimentos a dependentes, superando a meta inicialmente prevista.

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
484	487	517	544	554	562	572	579	595	595	599	593	603

Fonte: SIGPLAN

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Trata-se de prestação de benefício transporte, sob a forma de pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor ativo, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com deslocamento da residência aos locais de trabalho, conforme legislação específica, descontando-se, mensalmente, do servidor, em contracheque, o valor referente a 6% (seis por cento) do seu vencimento.

Do valor autorizado de R\$ 1.268.535,00 (um milhão, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos e trinta e cinco reais), foram executados R\$ 1.267.888,45 (um milhão duzentos e sessenta e sete mil e oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 72.748,65 (setenta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos). A meta física foi de 858 e a realizada foi de 844 servidores atendidos.

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
858	836	825	839	847	873	856	838	850	832	841	837	859

Fonte: SIGPLAN

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Ativos

Esta atividade refere-se à prestação de benefício alimentação sob a forma de pecúnia, em atendimento ao art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/09/1992, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/1997, pago no mês anterior ao da competência do benefício, destinado a custear a alimentação do servidor durante a jornada de trabalho diária. A concessão do auxílio-alimentação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 323, de 15/07/2003, do CJF, e pela Resolução nº 10, de 04/04/2005, do TRF2R, com a fixação do valor mensal de R\$ 590,00, conforme Resolução nº 490, do CJF.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A meta inicial prevista na LOA, foi de 2.574 servidores beneficiados, tendo sido executados R\$ 18.536.220,34 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte reais e 34 centavos), quase a totalidade da dotação autorizada, R\$ 18.536.920, 00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e seis mil e novecentos e vinte reais), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 252.698,56 (duzentos e cinqüenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinqüenta e seis centavos). A meta física prevista foi de 2574 servidores beneficiados pelo auxílio-alimentação e a realizada alcançou a média anual de 2.586.

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2574	2549	2556	2587	2443	2746	2589	2593	2585	2587	2595	2598	2598

Fonte: SIGPLAN

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

O desenvolvimento dessa atividade, que tem como objetivo promover de forma integrada a qualificação de pessoal, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo que se obtenha melhores condições de trabalho e mais altos índices e produtividade na prestação jurisdicional, foi realizado com o investimento de recursos para capacitação de magistrados e servidores desta Seção Judiciária.

Com recursos da atividade 4091- Capacitação de Recursos Humanos, foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento, por meio de contratação externa e pagamento de gratificação por encargo de curso a magistrados e servidores do Quadro de Pessoal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que atuaram como instrutores.

Ao proceder à análise da meta legal para Capacitação de Recursos Humanos, compete destacar os esforços envidados pela Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, em consonância com o espírito da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, ao disposto no artigo 39, § 2º, da Constituição Federal.

Da dotação autorizada, no valor de R\$ 319.100,00 (trezentos e dezenove mil e cem reais), foram executados R\$ 314.933,09 (trezentos e quatorze mil, novecentos e trinta e três reais e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

nove centavos), referentes à capacitação de 2120 servidores, sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 119.314,00 (cento e dezenove mil, trezentos e quatorze reais).

Destacamos, a seguir, as ações mais relevantes desenvolvidas no exercício de 2008.

EVENTO	JUSTIFICATIVA
Implantação e Acompanhamento das Exigências da NR10	Aperfeiçoamento na elaboração de projetos e melhoria na definição dos sistemas adequados, de forma a atender a norma.
Direito Eletrônico	Fornecimento de bases para a gestão da área de Segurança da Informação.
V Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	Interação e troca de experiências com servidores da área orçamentária pertencente a diversos órgãos.
Gestão Frota de Veículos	Preparação técnica e aprimoramento da eficiência das atividades realizadas.
Formação de Instrutores e Multiplicadores	Desenvolvimento de habilidades que permitam aos servidores, que atuem como instrutores, multiplicarem seus conhecimentos de forma ótima, em função da formação e da experiência prática na SJRJ.
Oracle	Diminuição do retrabalho, agilidade no atendimento dos chamados e atuação dos servidores como multiplicadores, servindo como apoio aos desenvolvedores que atuam na Coordenadoria de Sistemas.
Fotografia com Equipamento Digital	Capacitação dos servidores para o uso de máquina digital, visando a produção de fotos para o Informe JF e demais publicações da SJRJ.
Atualizações em Língua Portuguesa	Redução das dúvidas relacionadas aos aspectos formais da Língua Portuguesa, visando à comunicação clara, precisa e concisa.
Redação e Interpretação de Contratos	Aprimoramento de atividades como emissão de parecer em processos administrativos de contratação de serviços continuados que tramitam na SJRJ.
Teoria e Prática do Design Instrucional	Capacitação do servidor responsável pelo projeto de EAD na SJRJ, que se encontra em fase de implantação.
Redação Técnico-Jurídica	Produção de textos, relatórios e pareceres de acordo com os critérios de clareza e objetividade, segundo as normas da redação oficial.
Psicopatologia Para Psicólogos	Atualização da equipe técnica da SJRJ (CPMA).
Contratos de Obras e Serviços de Engenharia: Gerenciamento e Fiscalização Eficiente	Aquisição e atualização dos conhecimentos de gerenciamento e fiscalização de obras, objetivando a qualificação para o cumprimento do art. 67 da Lei 8.666/93.
XVII Congresso Brasileiro de Perícia Médica	Aprimoramento das funções de perícia médica.
Atualizações sobre a Língua Portuguesa (EAD)	Atualização dos servidores lotados nas Subseções da SJRJ.
Fiscalização de Contratos Administrativos na Visão da IN02/2008	Capacitação dos servidores para o gerenciamento e fiscalização de contratos.
Cobit	Aquisição de conhecimentos para a implantação do planejamento estratégico da TI na STI.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Gestão de Folha de Pagamento e Remuneração no Serviço Público	Aquisição de conhecimentos sobre o processo de trabalho da folha de pagamento no Serviço Público.
SIGA – Expedientes e Gestão Documental	Capacitação de servidor para utilização do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.
Oficinas Comportamentais	Em decorrência da implementação do Programa Nacional de Capacitação – PNC, foram realizadas ações de desenvolvimento das competências fundamentais, destinadas aos servidores em geral.
Programa de Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento gerencial, oferecido aos gerentes da SJRJ, visando ao atendimento de suas necessidades de crescimento e às exigências do Plano de Cargos e Salários (Lei nº 11.416/06)

No escopo dessa atividade, verifica-se a capacitação de cerca de 2120 servidores nas áreas gerencial, administrativa, comportamental, jurídica e de informática, superando a meta inicialmente prevista na LOA de 1026 servidores capacitados.

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.026	0	280	158	49	61	119	48	61	155	70	28	1.091

Fonte: SIGPLAN

Cabe ressaltar que 1038 servidores foram capacitados na área gerencial em razão da continuidade do Programa de Desenvolvimento Gerencial em 2008, que compreendeu turmas do Curso Básico no modo presencial e à distância, bem como cursos livres de curta duração com turmas presenciais e turmas inteiramente à distância. Todas as ações foram planejadas conforme o Dicionário de Competências do Plano Nacional de Capacitação – PNC.

No exercício de 2008, os resultados do Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG foram significativos, superando as metas estabelecidas, tendo sido realizada a avaliação, em termos qualitativos, com base nos níveis de participação dos servidores e magistrados interessados no programa, conforme quadro a seguir:

Indicador	Definição	Grupo	2005	2006	2007	2008
Índice de mobilização*	Proporção de gerentes que foram certificados no curso pré-requisito, sobre o total de gerentes.	Juízes	7%	1%	7%	0%
		Gerentes	65%	37%	77%	73%
		Servidores	2%	10%	3%	8%
Índice de	Proporção de gerentes que se	Juízes	0%	1%	7%	37%

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

adesão**	inscreveram nas ações posteriores ao pré-requisito, sobre o total de gerentes.	Gerentes	21%	31%	51%	71%
		Servidores	0%	7%	2%	12%
Índice de comprometimento***	Proporção de gerentes que concluíram o programa, com o mínimo de frequência e todas as atividades realizadas, em relação ao total de gerentes.	Juízes	0%	0%	2%	23%
		Gerentes	9%	18%	35%	66%
		Servidores	0%	5%	1%	9%

***Índice de mobilização:** mede o quanto o público foi mobilizado para aderir ao PDG. Nota-se o crescimento do índice de 2006 para 2007, com exceção dos servidores. O aumento do índice dos gerentes pode ser explicado pelo fato do programa ter se tornando obrigatório a partir de 2007. Em 2008 o pré-requisito foi uma apresentação do programa à distância. Foi medido pelo total de servidores que acessaram a apresentação. Os índices se mantiveram próximos aos níveis anteriores, com pequenas variações. No caso dos magistrados, não houve acesso à apresentação, pois as inscrições foram feitas à parte.

****Índice de adesão:** mede o quanto o público aderiu ao PDG a cada ano. Em 2005 e 2006 a participação em uma única ação contava para o índice, porém em 2007 este valor foi calculado considerando-se o total de inscritos na segunda etapa, pós pré-requisito. Em 2008 considerou-se a participação no Curso Básico ou num dos Cursos livres como adesão. Como os cursos livres foram oferecidos para participação em massa, os índices tiveram um considerável crescimento. Em relação aos magistrados o índice mostra que a estratégia de oferecer cursos de menor duração em 2008 foi mais bem sucedida para adesão.

*****Índice de comprometimento:** mede o quanto o público que aderiu se comprometeu com as atividades propostas pelo PDG, concluindo o programa e atendendo a todos os requisitos. Os critérios para certificação, a cada ano, porém, foram diferentes. Em 2008 considerou-se os cursos livres como conclusão do programa, embora eles não contassem para evolução na grade de ações. Como foram ações de massa, houve grande crescimento neste índice.

Fonte: Setor de Comportamento Organizacional – SECOG/ SRH

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Em atendimento ao art. 5º da Constituição Federal, que assegura a assistência jurídica integral e gratuita e o pleno exercício dos direitos e garantias constitucionais individuais e coletivos, a ação “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” proporciona o acesso da população carente à proteção da tutela jurisdicional do Estado, fornecida pela Justiça Federal.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A ação envolve o pagamento de honorários pelos serviços prestados por defensores dativos, peritos, tradutores e intérpretes, quando nomeados pelo juízo para prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, conforme disposto na Resolução nº 281/2002, do Conselho da Justiça Federal.

O atendimento foi prestado às Varas Federais e aos Juizados Especiais Federais, tendo sido beneficiadas 13.320 pessoas no âmbito desta Seção Judiciária, superando a meta prevista (8.940) em 49%. Da dotação orçamentária autorizada de R\$ 2.828.078,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil e setenta e oito reais) tendo sido executado todo esse valor e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 137.370,31 (cento e trinta e sete mil, trezentos e setenta reais e trinta e um centavos).

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
8.940	0	0	19	1888	2035	1604	1321	1230	2121	2579	8	515

Fonte: SIGPLAN

4257 – Julgamento de Causas

A finalidade desta ação, que tem como produto o quantitativo de processos julgados, é a apreciação de causas cujo mérito esteja contemplado nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal, bem como a remuneração da força de trabalho composta por magistrados e servidores ativos, e encargos da União.

A ação Julgamento de Causas assegura as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos serviços do Órgão, voltadas às ações de pessoal, administração, modernização, assessoramento superior, documentação, patrimônio, planejamento, orçamento e controle, assuntos jurídicos, comunicação social, telecomunicações e equipamentos, serviços de transporte, e à manutenção, conservação, limpeza e vigilância do imóvel, bem como aquisição de material de consumo.

A meta de processos julgados para 2008 (275.550) não foi alcançada. Com os 260.583 processos julgados no ano, computados os julgamentos realizados pelas VFs, JEFs e TRs, a execução ficou aquém da meta prevista na LOA em -5,44%. Note-se que a SJRJ não está atuando efetivamente com todos os magistrados pertencentes ao seu quadro de pessoal. Com 22 magistrados cedidos à 2ª Instância, tendo em consideração a média de processos julgados por juiz (1.670,40), em tese, deixamos de julgar 36.748 processos, o que nos permitiria superar a meta prevista.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Da dotação autorizada no valor de R\$ 411.543.165,94 (quatrocentos e onze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) foram executados R\$ 411.493,658,92 (quatrocentos e onze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 8,812,854,55.

Quantitativo Previsto na LOA	QUANTITATIVO VERIFICADO AO LONGO DE 2008											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
275.550	18623	16334	17650	20753	21716	24438	23970	24222	27245	28090	20827	16715

Fonte: SIGPLAN

A comparação entre os dados referentes aos Juizados e às Varas demonstra que os Juizados são os responsáveis pelo recebimento da maior parte de todos os processos distribuídos, 46,32%, (aproximadamente 10% a mais), assim como pela maior parte dos processos julgados, 51,39% (aproximadamente 25% a mais que as Varas Federais). O quantitativo de julgados pelos Juizados Especiais foi de 97,25% do quantitativo distribuído e as Varas Federais julgaram um quantitativo referente a 67,48% dos processos distribuídos. O acervo da SJRJ está em 865.918 processos, computados os acervos das VFs e TRs e dos JEFs. Destes, 78,23%, mais de 675 mil processos, estão em tramitação nas Varas Federais.

	Processos distribuídos		Processos julgados		Processos em tramitação	
Varas	107.561	36,18%	72.582	27,85%	677.417	78,23%
Juizados	137.696	46,32%	133.912	51,39%	143.213	16,54%
Turmas Recursais	52.023	17,50%	54.089	20,76%	45.288	5,23%
Total	297.280	100%	260.583	100%	865.918	100%

No que tange à força de trabalho, fator diretamente relacionado aos indicadores de desempenho acima indicados, verifica-se, dos dados registrados na planilha a seguir: conclui-se que o total da força de trabalho não sofreu significativa alteração em 2008 em relação a 2007, tendo um acréscimo de 0,6% no total geral. E 1,38% no quantitativo de servidores ativos. Quanto aos magistrados observa-se um aumento no número de cedidos de 15 para 22, para atuação como Juizes Auxiliares no TRF2R, o que significa que 12,35% dos juizes federais não estão atuando nas ações em tramitação neste órgão.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Situação	Posição em 31.12.07	Posição em 31.12.08
Servidores Ativos (+)	2526	2561
Servidores Cedidos (-)	227	72
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	6	8
Servidores Requisitados (+)	146	103
Servidores no Órgão em Lotação Prov. (+)	5	3
Ocupantes do Órgão em Lotação Prov. (-)	16	15
Ocupantes de CJ sem Vínculo (+)	14	13
Servidores recebidos por remoção (+)	0	58
Servidores cedidos por remoção (-)	0	173
Servidores afastados Judicialmente (-)	1	1
Magistrados Ativos (+)	182	178
Magistrados Convocados (+)	0	0
Magistrados Cedidos/Licenciados (-)	15	22
TOTAL	2608	2625

Visando garantir o pleno funcionamento do complexo predial e a segurança dos dados e da rede de infra-estrutura elétrica/lógica, contribuindo para o bom desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas pelos magistrados e servidores, foram implementadas, no exercício de 2008, ações que objetivaram a contratação dos serviços de pintura, da manutenção predial e do sistema de refrigeração, do sistema de CFTV, de estabilizadores, de elevadores, das portas e painéis de vidro e das portas corta-fogo, além das contratações junto a concessionárias de serviço público, visando ao fornecimento dos serviços de água e esgoto, energia elétrica e gás.

Foram realizadas, ainda, em 2008, obras de melhoria em imóveis da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, objetivando o aumento da segurança, a ampliação da infra-estrutura elétrica, e a modernização das instalações civis, dentre as quais relacionamos as seguintes contratações:

- Instalação de película de proteção solar, na Vara Federal de Barra do Piraí, situado na Rua José Alves Pimenta, 1091, Matadouro, Barra do Piraí/RJ;
- Instalação de sistema de combate a incêndios no CPD do Edifício Sede da SJRJ, situado na Av. Rio Branco 243, Anexo I, 3º andar, Centro/RJ;
- Aquisição de No Breaks para os CPD da Rio Branco e da Av. Venezuela, situados, respectivamente na Av. Rio Branco 243 e Av. Venezuela, 134, Centro/RJ;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- Instalação de faixas antiderrapantes no Foro Marilena Franco, situado na Av. Venezuela, 134, Centro/RJ;
- Adequação de salas para utilização pelos funcionários de empresas contratadas no Edifício Sede da SJRJ, situado na Av. Rio Branco, 243, Centro/RJ;
- Execução de muro frontal e serviços complementares no Arquivo da SJRJ, situado na Rua São Januário, 433, São Cristóvão/RJ;
- Automação de portões e instalação de cancelas automáticas no Foro Marilena Franco e no Almoxarifado, situados, respectivamente, na Av. Venezuela, 134 e Rua Equador, 613, Centro/RJ;
- Avaliação estrutural do prédio que abriga o Foro Marilena Franco, situado na Av. Venezuela, 134, Centro/RJ;
- Avaliação estrutural no Edifício Sede e do imóvel em que está localizado o Arquivo, situados, respectivamente, na Av. Rio Branco, 243, e na Rua São Januário, 433, Centro/RJ;
- Implementação de melhorias elétricas nas Varas Federais de Niterói, situadas na Rua Cel. Gomes Machado, 73/75, Centro/RJ;

Foram celebrados, ainda, em 2008, contratos para fornecimento de equipamentos diversos, tais como estabilizadores, nobreaks e aparelhos de ar condicionado, e de fornecimento e instalação de persianas e divisórias, objetivando melhor adequação dos espaços, melhoria das condições de conforto térmico nos ambientes e segurança dos dados e da infra-estrutura elétrica.

Para a realização da atividade jurisdicional foram cumpridos, no exercício de 2008, aproximadamente 287.000 mandados num total de diligências da ordem de 326.000.

103E – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

O imóvel de 1.905 m² está sendo erguido em terreno cedido pela Prefeitura com área de 763,00 m², tendo a obra previsão de conclusão em fevereiro/2008, com estimativa de custo global de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais).

Com relação ao orçamento de 2007 totalizando R\$1.215.000,00 (um milhão e duzentos e quinze mil reais, e inscrito em restos a pagar, registramos que foi totalmente executado em 2008 com a execução da etapa atual das obras de construção, representando 31,15% de execução física.

Em 2008 foram disponibilizados R\$1.815.000,00 (um milhão e oitocentos e quinze mil reais) representando 46,53% do valor total do projeto, tendo a execução física, em 2008, representando

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1,96%. A não execução integral do percentual físico previsto para 2008 foi motivada pela utilização, prioritariamente, dos recursos de 2007 inscritos em restos a pagar, que levaram a postergação do início da utilização dos recursos de 2008 para o final do presente exercício, e ainda, pela prorrogação do prazo da atual etapa da obra, provocando o atraso na execução do cronograma físico do projeto. A previsão é de conclusão do projeto em março/2009, quando deverá ser consumida a totalidade dos recursos de 2008 ainda não utilizados.

Para execução da construção da sede em São Pedro da Aldeia foram previstas, em 2008, 04 (quatro) ações principais, incluindo a retomada das obras após o abandono pela empresa COZAN:

a) contratação de empresa no ramo de engenharia para a conclusão das obras de construção de imóvel para instalação da Vara Federal de S. Pedro da Aldeia

A contratação possibilitará o alcance da meta estabelecida, permitindo a reinstalação da Vara Federal de São Pedro da Aldeia em imóvel próprio e projetado em conformidade com as necessidades de funcionamento da Justiça Federal, e prevendo áreas de expansão para futuro crescimento com a instalação de novas Varas Federais.

Vencedora do certame licitatório instaurado pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a empresa COPA Engenharia e Construções Ltda. foi contratada, em 20/12/2007, para a construção de prédio em São Pedro da Aldeia, com prazo de execução inicial de 12 (doze) meses, a contar de 21/12/2007, tendo sido acrescidos 65 (sessenta e cinco) dias ao prazo inicialmente contratado, totalizando cerca de 14 (quatorze) meses de execução. A prorrogação foi motivada pelo acréscimo de serviços no escopo inicial do contrato, e em virtude da necessidade de reposição de dias paralisados pela ocorrência de chuvas, tendo acarretado a não execução integral dos recursos previstos para 2008.

b) contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de forro removível

A ação objetiva dotar o imóvel de revestimento de teto que permita o acabamento estético exigido e o fácil acesso às instalações de infraestrutura localizadas em seu interior.

Contratada em 19/12/2008, a empresa MAELCO Comercial Importadora e Exportadora Ltda. vem executando o serviço, em fase final, e conclusão prevista para 04/02/2009. A não execução física financeira no exercício 2008, conforme previsto inicialmente, foi motivada pelo adiamento da conclusão da obra, e

conseqüentemente, da instalação do forro no imóvel, que geralmente ocorre ao final dos serviços.

c) contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de piso elevado

A ação objetiva dotar o imóvel de piso elevado nas Secretarias onde a ocorre a maior concentração de instalações de infraestrutura, dotando as áreas de revestimento de piso que possibilite o fácil acesso nas alterações e manutenções necessárias.

Contratada em 14/01/2009, a empresa TPH Comércio e Serviços de Móveis, Divisórias e Pisos vem executando o serviço, estando sua conclusão prevista para 13/02/2009. A não execução física financeira no exercício 2008, conforme previsto inicialmente, foi motivada pelo adiamento da conclusão da obra, e conseqüentemente, da instalação do piso elevado nas Secretarias do imóvel, que geralmente ocorre ao final dos serviços.

d) contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de circuito fechado de CFTV e instalações de lógica/telefonia

A ação objetiva dotar o imóvel de circuito interno de câmeras para maior segurança e das instalações de lógica/telefonia necessárias para o funcionamento de equipamentos no prédio

Contratada em 15/01/2009, a empresa Basitel Telecomunicações Ltda. Divisórias e Pisos vem executando o serviço, estando sua conclusão prevista para 14/02/2009. A não execução física financeira no exercício 2008, conforme previsto inicialmente, foi motivada pelo adiamento da conclusão da obra, e conseqüentemente, da execução das instalações em tela, que aguardaram o estágio da obra que permitisse sua efetiva contratação.

1890 – REFORMA DE EDIFÍCIO DA SJRJ

Esse projeto tem como finalidade a reforma de imóvel localizado na Avenida Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com 10.136 m² de área edificada, para abrigar os setores administrativos da SJRJ, que ora ocupam o Anexo I do imóvel situado na Av. Rio Branco nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ e parte do prédio situado na Av. Venezuela nº 134, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ, com custo global estimado de R\$ 17.034.075,00 (dezesete milhões, trinta e quatro mil e setenta e cinco reais).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A referida ação consta nos Orçamentos Plurianuais com o seguinte detalhamento das despesas:

ANO	R\$
2003	314.249,00
2004	449.850,00
2005	2.812.572,00
2006	1.525.000,00
2007	5.000.000,00
2008	4.032.404,00
2009	2.900.000,00

A meta física prevista para o exercício 2008 foi de 25,02% do total do projeto e a dotação autorizada de R\$ 4.032.404,00 (quatro milhões, trinta e dois mil e quatrocentos e quatro reais), não tendo ocorrido execução física no referido exercício, em decorrência do atraso na execução do cronograma da atual etapa da obra, conforme registros nas ações de 2008 (etapa da obra).

No exercício de 2008, foram realizadas as ações relacionadas abaixo, com a utilização dos recursos inscritos em restos a pagar:

a) contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica em baixa tensão junto à concessionária LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.

Justificativa: ação prevista pela objetivando garantir a alimentação de energia elétrica para funcionamento do prédio, segundo a demanda exigida.

Andamento: A 1ª etapa foi concluída em dezembro/2007 e a 2ª etapa (conclusão dos serviços) ocorreu em junho/2008.

b) contratação de empresa para execução das obras de reforma (continuidade da obra)

Justificativa: ação prevista para garantir a continuidade das obras de reforma.

Andamento: A reforma da Almirante Barroso foi prejudicada pela execução de novos reforços estruturais no imóvel a cargo da IBEG Engenharia, em virtude do Laudo Técnico da empresa LUMO Arquitetura que apontou a necessidade de se restabelecer a estabilidade estrutural da edificação. A IBEG, notificada (enquadramento em garantia de obra relativa ao processo 451/2001) em janeiro/2008 para executá-los em 30 dias, somente os concluiu em dezembro/2008, em prazo bem superior, prejudicando a execução orçamentária prevista para 2008, pois sua presença no canteiro de obras impediu a plena liberação do imóvel e conseqüentemente o normal andamento das obras de reforma a cargo da empresa

ARTE Engenharia. O cenário desfavorável foi agravado pela baixo desempenho da referida empresa (considerando as medições realizadas), que não conseguiu implementar, na execução do contrato, nova metodologia para a execução dos serviços de modo a permitir a sua realização com a execução de serviços estruturais (reforços) a cargo de outra empresa de engenharia. Embora todos os recursos previstos no PPA em 2008 tenham sido empenhados, os problemas relatados retardaram a execução orçamentária no presente exercício e acarretaram a não conclusão integral da reforma em janeiro/09.

Com a possibilidade de perda dos recursos de 2007 inscritos em restos a pagar, ao final de 2008, foi solicitado um aporte complementar de R\$930.000,00 (novecentos e trinta mil reais) para garantir a continuidade do projeto, mas com a prorrogação dos recursos de 2007 até dezembro/08, o valor solicitado não deverá ser considerado como acréscimo no custo global do projeto.

c) contratação de empresa para fornecimento de No breaks

Justificativa: ação prevista para garantir a continuidade de fornecimento de energia para os equipamentos do CPD em caso de falta de energia pela Concessionária.

Andamento: Equipamentos com previsão de entrega em fevereiro/2009.

d) contratação de empresa para fornecimento e instalação de elevadores

Justificativa: ação prevista para dotar o imóvel de equipamentos de transporte vertical

Andamento: Contrato em execução, com término previsto para maio/2009.

3757 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO

O projeto, realizado em nível nacional, tem orçamento e meta estabelecidos para as vinte e sete Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau, distribuídas nas cinco Regiões e no Conselho da Justiça Federal.

Do valor autorizado de R\$ 2.535.305,27 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinco reais e vinte e sete centavos), foi executado o valor de R\$ 2.343.027,29 (dois milhões, trezentos e quarenta e três mil, vinte e sete reais e vinte e nove centavos), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 2.160.025,29 (dois milhões, cento e sessenta mil, vinte e cinco reais e vinte e nove centavos).

A- Descrição dos Investimentos Tecnológicos Realizados nos Sub-Projetos Nacionais

A.1) Inclusão Digital do Poder Judiciário

Objetivo do sub-projeto - Equipar tecnologicamente o Poder Judiciário Federal, modernizando e uniformizando as instalações dos Tribunais Regionais Federais e das Varas Federais.

A.1.1) Segurança do ambiente de TI

Meta - Melhorar os níveis de segurança da informação da SJRJ.

Aquisições – Atualização de Sistemas de monitoramento de conteúdo WEB e Correio eletrônico, além de treinamentos da equipe técnica.

Resultados – A atualização das soluções de segurança da rede corporativa, adequando-as às novas necessidades da SJRJ, principalmente no que se refere à segurança da informação e de documentos eletrônicos.

A.1.2) Renovação e ampliação do parque tecnológico

Meta - Expansão da rede corporativa e adequar as estações de trabalho ao uso de documentos eletrônicos.

Aquisições - Microcomputadores e monitores

Resultados – A expansão e modernização do parque de microinformática promoveram uma melhoria da eficiência da SJRJ, implementando uma melhor relação de usuários/microcomputador, requisito primordial para o aumento de produtividade, principalmente considerando a previsão de expansão do uso de documentos eletrônicos.

A.1.3) Consolidação de servidores

Meta - Melhorar a eficiência dos recursos de TI.

Aquisições - Servidores de Rede

Resultados – Novos Servidores de rede dos CPDs das localidades do interior, garantindo uma melhor gestão dos recursos de TI, e maior flexibilidade no gerenciamento e monitoramento dos serviços disponíveis aos usuários desta localidades.

A.1.4) Armazenamento de dados

Meta - Prover a expansão da capacidade de armazenamento de dados da SJRJ.

Aquisições – Equipamento e Periféricos para armazenagem de dados.

Resultados – Atendimento das demandas de armazenamento de dados específicos do sistema processual e administrativo.

A.1.5) Correio Eletrônico

Meta - Prover uma nova estrutura de correio eletrônico para a SJRJ.

Aquisições – Equipamento e Software de Gerenciamento de Correio Eletrônico.

Resultados – Atendimento as demandas de comunicação via correio eletrônico existente na instituição.

A.2) Implantação da Justiça Virtual

Objetivo do sub-projeto – Expansão do processo digital.

A.2.1) Ampliação da infra-estrutura de rede

Meta - Modernizar e ampliar a capacidade da rede corporativa.

Aquisições - Solução de atualização tecnológica e expansão da rede de dados da SJRJ, contemplando o fornecimento, instalação e configuração de dispositivos de rede.

Resultados - Atendimento de demandas existentes, principalmente no que tange ao a criação de condições para expansões futuras.

Evolução dos valores empenhados no Programa ISIGI (SJRJ)	
Exercício	Valor empenhado (R\$)
1998	1.211.016,00
1999	801.399,76
2000	479.527,44
2001	2.097.929,74
2002	2.228.185,13
2003	1.683.903,23
2004	1.990.276,00
2005	3.689.257,65
2006	4.347.417,97
2007	5.010.739,35
2008	2.343.027,29

B- Resumo dos Resultados

No ano de 2008, foram realizados investimentos para o atendimento das demandas existentes na SJRJ, merecendo especial atenção itens como segurança do ambiente de TI, modernização e ampliação da infra-estrutura tecnológica, qualidade dos serviços disponíveis aos usuários, entre outros.

Destacaram-se, também, os investimentos visando à segurança do ambiente de TI com a atualização dos sistemas de gerenciamento de conteúdo WEB e de Correio Eletrônico e por fim o

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

treinamento do nosso pessoal técnico visando aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos por esta Subsecretaria.

Neste ano, o processo digital, além dos JEFs passou a ser usado inicialmente em algumas Varas de Execução Fiscal e no próximo ano abrangerão o restante das Varas desta especialidade.

Para viabilizar as condições operacionais desta expansão, em termos de infra-estrutura, dentre os quais citamos os seguintes investimentos:

- expansão do parque de microcomputadores, de modo a atender às necessidades de produção e tramitação de documentos eletrônicos.
- modernização dos CPDs das localidades do interior, que permitiu o uso de sistemas operacionais mais sofisticados e seguros, aumentando a capacidade de administrar a rede, de distribuir atividades e serviços para cada localidade, e do tempo de disponibilidade.
- Aumento da capacidade de armazenamento para garantir a continuidade dos sistemas processuais e administrativos em uso nesta SJRJ

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Esta atividade visa ao pagamento do encargo da obrigação patronal que a União deve realizar como contribuição para o regime da previdência dos servidores ativos desta Seção Judiciária.

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada	Execução
	Orçamentária	Empenhado
Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais.	69.044.714,00	69.044.597,55

B) PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Meta Física	Empenhado	Física
0396-Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional	90.290.440,00	526	90.268.260,77	537 (unidade)
Observação Inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ R\$ 22.179,23				

Resultado da Execução do Programa 0089

0396 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

O quantitativo de 537 inativos e instituidores de pensão, incluindo dados relativos a magistrados e servidores, conforme quadro abaixo, superou em 2,09% da meta prevista na LOA, 526 beneficiários.

Órgão	Quantitativos			
	Inativos ¹	Pensão		TOTAL ⁴
		Instituidores ²	Beneficiários ³	
SJRJ	364	173	234	537

Observações/Considerações:

¹Este quantitativo inclui magistrados (9) e servidores (355);

²Este quantitativo inclui magistrados (9) e servidores (164);

³Este quantitativo inclui pensionistas de magistrados (15) e pensionistas de servidores (219);

⁴**No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.**

DEMAIS PROGRAMAS

Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé

O imóvel de 1.353 m² está sendo erguido num terreno cedido pela Prefeitura em área de 5.000 m², numa região de fácil acesso para população local e dos municípios vizinhos, tendo em vista a abrangência jurisdicional das cidades de Carapebus, Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Macaé, num total de aproximadamente 218.480 pessoas (Censo 2000 do IBGE), ao custo global estimado de R\$ 3.439.417,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais), após a revisão do PPA, cujo valor anterior era R\$ 3.041.262,00 (três milhões, quarenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais).

Considerando a paralisação da obra pela empresa COZAN, que apresentou pedido de falência, e a não existência de previsão orçamentária, não houve execução física financeira em 2008, devendo a obra ser retomada em 2009 com o novo aporte de recursos que totalizam R\$2.100.000,00 (Dois milhões e cem mil reais).

Modernização de Instalações da Justiça Federal na 2ª Região

Em 2008 não houve dotação orçamentária em Modernização para contratos na área de engenharia, tendo sido executados os serviços contratados no final de 2007, conforme registros abaixo:

a) contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de monta-carga e execução de serviços complementares, inclusive adaptação do prisma de alvenaria existente, no imóvel que abriga o Arquivo e o Depósito Judicial, situado na Rua São Januário nº 433, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ

Contrato executado e concluído em maio/2008, tendo dotado o imóvel de equipamento de transporte vertical, facilitando o manuseio de processos e atendendo às exigências ergonômicas.

b) Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de CFTV e fornecimento de câmeras digitais para os imóveis localizados na Rua do Equador nº 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ; Rua São Januário nº 433, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ e na Av. Rio Branco nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Contrato executado e concluído em novembro/2008, resultando na instalação de conjunto de câmeras para monitoramento dos imóveis, conferindo maior segurança ao arquivo, ao almoxarifado e ao Edifício Sede (Rio Branco).

c) Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) elevadores no prédio situado na Av. Venezuela nº 134, bloco A, Centro, Rio de Janeiro/RJ

Contrato executado e concluído em maio/2008, resultando na substituição dos elevadores existentes por novos equipamentos.

2. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

a) Movimentação processual

Os dados relativos ao exercício de 2008 apontam para um desempenho no mesmo patamar do alcançado em 2007. Considerando o número de processos julgados pelas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais tem-se o total de 18 processos a mais, equivalente a 0,006%. A comparação de 2008 com o exercício de 2006 revela um decréscimo de – 13,60%..

Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais					
Processos julgados					
2006	2007	2008	Evolução % 07/06	Evolução % 08/07	Evolução % 08/06
301.579	260.565	260.583	-13,60	0,006	-13,60

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual – APOLO e Turma Recursal

O número de processos distribuídos em 2008 foi inferior ao total de distribuídos para as VFs, JEFs e TRs em 2007, em –17,73%. Esse quantitativo representa um percentual superior ao registrado em 2008 em relação a 2006, cujo decréscimo foi de –13,11 pontos percentuais. Relacionando o exercício de 2007 a 2006 temos uma evolução de 5,61% no número de processos distribuídos.

Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais					
Processos distribuídos					
2006	2007	2008	Evolução % 07/06	Evolução % 08/07	Evolução % 08/06
344.734	364.079	299.510	5,61	-17,73	-13,11

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual – APOLO

No exercício de 2008 houve um aumento de 0,83% em relação ao quantitativo dos processos em tramitação nas VFs, JEFs e TRs em 2007, acumulando um acervo de 865.918 processos.

Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais					
Processos em tramitação					
2006	2007	2008	Evolução % 07/06	Evolução % 08/07	Evolução % 08/06

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

803.554	858.807	865.918	6,87	0,83	7,76
---------	---------	---------	------	------	------

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual – APOLO

b) Média dos processos julgados e distribuídos por juiz

A média anual de processos julgados por juiz em 2008 é de 1.670,40.

Nº de processos julgados	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
260583	156	1.670,40
Nº de processos distribuídos	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
299.510	156	1.919,94

* Considerados apenas os juízes em atividade na 1ª Instância em 2008, estando 22 cedidos para o TRF2. -

Fonte: SRH/SJRJ.

c) Composição da despesa total

Informação fornecida pelo TRF2R.

d) Taxa de execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado

$$N = \frac{DET}{DD} \times 100$$

Onde: DET = despesa executada total da Região, inclusive precatórios e RPV + empenhos a liquidar

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação disponibilizada

$$N = \frac{606.056.138,51}{606.407.619,21} \times 100 = 99,94\%$$

Da dotação autorizada, no valor de R\$ 606.407.619,21 (seiscentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e um centavos) foram executados R\$ 606.056.138,51 (Seiscentos e seis milhões, Cinquenta e seis mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos), o que corresponde a uma taxa de execução de 99,94%.

e) Composição da despesa da SJRJ por grupo de despesa

$$D1 = \frac{DGDn}{DET} \times 100$$

Onde: DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da região, inclusive precatórios e RPV

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

$$\text{Pessoal e Encargos sociais}^* = \frac{526.530.058,57}{526.556.027,00} \times 100 = 99,99\%$$

* Incluindo Contribuição da União para custeio da Previdência dos Servidores.

$$\text{Custeio} = \frac{70.007.731,84}{70.307.586,20} \times 100 = 99,57\%$$

$$\text{Investimento e Inversões financeiras} = \frac{9.518.348,10}{9.544.006,01} \times 100 = 99,73\%$$

f) Despesa da SJRJ (exceto precatórios e RPV) por habitante

A despesa da SJRJ por habitante foi da ordem de R\$ 39,30 (Trinta e nove reais e trinta e nove centavos).*

* Conforme dado publicado no site do IBGE, a população estimada do Estado do Rio de Janeiro é de 15.420.375 (última estimativa em 2007).

$$\text{G4} = \frac{\text{DJF}}{h}$$

Onde:

DJF = despesa executada total da Região, excluindo precatório e RPV (empenhado: R\$ 606.056.138,51)

h = quantitativo de habitantes da Região, conforme estimativa divulgada pelo IBGE.

g) Composição da despesa total licitável da SJRJ por Modalidade de Licitação

$$\text{D7} = \frac{\text{DMLn}}{\text{DJFlic}} \times 100$$

Onde: DMLn = despesa executada total na modalidade de licitação sob análise

DJFlic = despesa licitável executada total

$$\text{Convite} = \frac{18.800}{46.803.649,50} \times 100 = 0,04\%$$

$$\text{T.P.} = \frac{387.742,59}{46.803.649,50} \times 100 = 0,83\%$$

$$\text{Concorrência} = \frac{9.400.758,89}{46.803.649,50} \times 100 = 20,08\%$$

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Dispensa = $\frac{9.916.838,97}{46.803.649,50} \times 100 = 21,19\%$

Inexigível = $\frac{8.800.238,25}{46.803.649,50} \times 100 = 18,80\%$

Pregão = $\frac{18.232.794,38}{46.803.649,50} \times 100 = 38,96\%$

Suprimento de Fundos = $\frac{46.476,42}{46.803.649,50} \times 100 = 0,10\%$

h) Despesa com Assistência Judiciária Gratuita

Não obstante o significativo aumento do total de ofícios cadastrados no sistema APOLO para pagamento de despesas relativas à assistência judiciária gratuita no exercício de 2008, verificamos que as dotações orçamentárias disponibilizadas foram inferiores em 1,74% em relação às do exercício anterior.

Dotações Orçamentárias para Assistência Judiciária Gratuita (R\$)						
2005	2006	2007	2008	Evolução % 06/05	Evolução % 07/06	Evolução % 08/07
1.530.415,00	1.937.270,00	2.878.127,00	2.828.078,00	26,58	48,56	-1,74

Fonte: SIGPLAN

i) Despesa da SJRJ (exceto precatórios e RPV) sobre a despesa total da Justiça Federal
 Informação fornecida pelo TRF2R.

QUANTITATIVO PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSONADAS E CARGOS EM COMISSÃO

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

CJs / FC's	Total de CJs/FC's	Cargos / Funções				CJs/FC's livres
		Servidores do Quadro	Requisitados	Sem vínculo	Total	
CJ-3	106	84	9	13	106	0
CJ-2	11	10	1	0	11	0
FC-06	2	1	1	0	2	0
FC-05	830	411	16	0	427	403
FC-04	283	262	19	0	281	2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

FC-03	107	93	13	0	106	1
FC-02	119	79	37	0	116	3
FC-01	132	110	18	0	128	4
TOTAL	1590	1050	114	13	1177	413

Percentual de Ocupação dos Cargos em Comissão

	Total de CJs	Cargos em Comissão Ocupados (1)						Total	CJs livres
		Carreiras Judiciárias			Outras Carreiras				
		Servidores do Quadro	Requisitados (2)	%	Requisitados	Sem vínculo	%		
CJ-4				87,18			12,82		
CJ-3	106	84	7		2	13		106	0
CJ-2	11	10	1		0	0		11	0
CJ-1									
TOTAL	117	94	8		2	13		117	0

Percentual de Ocupação das Funções Comissionadas

	Total de FC's	Funções Comissionadas ocupadas (1)						TOTAL	FC's livres
		Carreiras Judiciárias			Outras Carreiras				
		Servidores do Quadro	Requisitados (2)	%	Requisitados	Sem vínculo	%		
FC-06	2	1	0	68,77	1	0	3,19	2	0
FC-05	830	411	16		0	0		427	403
FC-04	283	262	14		5	0		281	2
FC-03	107	93	7		6	0		106	1
FC-02	119	79	7		30	0		116	3
FC-01	132	110	13		5	0		128	4
TOTAL	1473	956	57		47	0		1060	413

III- RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve registro de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2008.

IV- RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro II. A2 – Execução de Restos a Pagar no exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2004	989,52							
2006	963.508,41	27.098,48	569.741,52	366.668,41	4.080.878,71	3.253.325,98	827.552,73	
2007	1.190.846,72	45.371,18	1.095.728,16	49.747,38	25.088.291,19	151.234,58	6.671.335,40	8.265.721,21

Tendo em vista o elevado número de empenhos inscritos em Restos a Pagar e a edição de decreto autorizador da prorrogação dos Restos a Pagar de 2007, a Administração vem envidando esforços para regularizar os saldos remanescentes, conforme demonstrado no Anexo VII.

Na planilha abaixo, apresentamos as justificativas da permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados, até a presente data (09/03/2009), considerados mais relevantes, segundo o critério de valor.

ANO DE INSCRIÇÃO	NOTA DE EMPENHO	VALOR	JUSTIFICATIVA
2006	2006NE001588	71.553,77	Aguardando determinação do 1º Ofício da Fazenda de Curitiba/Justiça Estadual do Paraná, no qual tramita a ação de falência da contratada
2006	2006NE001877	79.093,89	Aguardando determinação do 1º Ofício da Fazenda de Curitiba/Justiça Estadual do Paraná, no qual tramita a ação de falência da contratada
2007	2007NE000225	75.711,10	Pendente de ação da contratada, face à aplicação de penalidade por inexecução contratual
2007	2007NE001693	11.418,30	Pendente de ação da contratada (apresentação de documentação exigível para pagamento)
2007	2007NE002035	3.821.083,03	A empresa IBEG Engenharia Ltda., responsável pelo projeto e execução do reforço estrutural, foi acionada pela SJRJ, como empresa garantidora dos referidos serviços, visto que a empresa LUMO, contratada para realizar a prova de carga após o reforço mencionado, identificou que o imóvel não oferecia condições estruturais favoráveis, o que motivou a realização de novo esforço estrutural pela IBEG, implicando na reprogramação dos serviços contratados com a empresa ARTE Engenharia e Construção Ltda., que ficou impedida de cumprir o cronograma inicialmente previsto.
2007	2007NE002105	19.239,21	Aguardando guia atualizada do ISS.

V- TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA

Não foram realizadas transferências mediante convênio, ajuste ou termo de parceria no exercício de 2008.

VI- ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Não houve repasse de recursos a entidades fechadas de previdência complementar.

VII- FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não foram desenvolvidos projetos ou programas financiados com recursos externos.

VIII- RENUNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica.

IX- DECLARAÇÃO SOBRE BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA

Não se aplica.

X- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

XI- DEMONSTRATIVO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não foram realizados gastos com cartão de crédito no exercício de 2008.

XII- PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

I) LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1 Processo nº OF070/2008

Objeto: Aquisição de material elétrico/eletrodutos (conexões e disjuntores)

5.1.1 – Evitar, na elaboração do Termo de Referência, a indicação de marca determinada, o que só é admitido quando for tecnicamente justificável, em atenção ao disposto no art. 7º § 5º da Lei 8.666/93.

A Coordenadoria de Manutenção da Subsecretaria de Infra-Estrutura, responsável pela elaboração das especificações dos materiais a serem adquiridos através do processo em tela,

somente indica marca dos materiais e equipamentos quando estritamente necessário, conforme Memorando anexado ao Processo OF2008/285 (Anexo I), de mesmo objeto, cabendo informar que, por um lapso, a justificativa de marca deixou de constar nos autos do Processo OF2008/070.

No processo em epígrafe, o setor técnico indicou a marca dos fabricantes dos disjuntores, considerando que os referidos materiais são instalados em quadros de distribuição, que uma vez montados com disjuntores de determinado fabricante não comportam a substituição por disjuntores de fabricante diverso. Além de dimensões próprias, esses componentes possuem características elétricas, formatos geométricos, posições e tipos de encaixe dos barramentos e condutores específicos, de difícil descrição, que comumente não integram as especificações deste tipo de material.

5.2. - Processo nº OF079/2008

Objeto: Aquisição de materiais de acondicionamento e embalagem

5.2.1 – Instruir os autos com a justificativa para a aquisição de bens ou serviços, conforme dispõem os artigos 9º, inciso III, e 30 do Decreto 5.450/2005:

O setor requisitante procedeu à juntada aos autos, às fls. 212, da justificativa para a aquisição solicitada, para fins de regularização. (Anexo II)

A aludida aquisição objetivou prover a regularização do estoque para atendimento aos setores da SJRJ, visando a proporcionar os meios necessários para a prestação de serviços aos jurisdicionados, com qualidade.

Ademais, foi expedido, pela Administração, o Aviso nº 004/2008/ATC/SG, alertando os setores requisitantes acerca da necessidade da juntada da justificativa da contratação aos autos. (Anexo III)

II) PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

RECOMENDAÇÕES

5.1. Regularizar a classificação contábil da despesa com multas de trânsito, conforme item 2.1.1 deste relatório :

2.1.1. Adotar a classificação de despesa 3339039.36 (Multas Indedutíveis), visto que o elemento 339047 refere-se a obrigações tributárias e contributivas e não se adequa à despesa em questão.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças já foi orientada no sentido de adotar a classificação contábil 3339039.36 para as despesas com multas de trânsito

5.2. Realizar o registro contábil dos créditos de multas administrativas e do encaminhamento à Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa, em atendimento à Portaria 564-STN, de

27/10/04 e ao princípio contábil da competência, conforme apontado no item 2.1.2 deste relatório.

O registro contábil dos créditos de multas administrativas e do encaminhamento à Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa será realizado, pelos setores responsáveis, conforme recomendado no relatório de auditoria.

5.3. Estornar o registro contábil efetuado em duplicidade e proceder à regularização do recolhimento da contribuição patronal conforme apontado nos itens 2.2.1 e 2.2.2 deste relatório.

2.2.1. A apropriação contábil do “Adiantamento de Gratificação Natalina” (conta 1124201.00 – 13º Salário-Adiantamento) referente às folhas suplementares 10 e 11 de JAN/08 foram lançadas em duplicidade, conforme notas de sistema (NS) e de lançamento (NL).

2.2.2. Não foi identificado no SIAFI, nem no Processo nº OF 2008/0076, o recolhimento da Contribuição Patronal referente aos servidores sem vínculo da Folha Suplementar 04 de fevereiro/08.

No tocante ao lançamento em duplicidade, esclarece o setor que responsável que este foi efetuado por equívoco, em virtude de emissão de NL (procedimento anterior ao AUTOFOLHA), tendo em vista que a apropriação passou a ocorrer diretamente pela emissão de NS.

Quanto ao lançamento de janeiro/2008, a regularização foi efetuada automaticamente, face ao encerramento do exercício.

No que tange ao recolhimento da contribuição patronal referente à Folha Suplementar 04 de fevereiro/2008, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças informa que serão solicitados recursos em exercício anterior (alteração de QDD), de forma a regularizar o recolhimento.

5.4. Realizar os lançamentos contábeis da folha de pagamento num único documento FL, em atendimento à Mensagem SIAFI 2008/0071912-SCI/CJF, conforme apontado no item 2.2.3 deste relatório.

2.2.3. Foi observada a emissão de mais de um documento FL para apropriação da folha, quando é possível apropriar toda a folha de pagamento em um único documento FL, o que facilita a análise pelas setoriais contábeis e contribui para a uniformização de procedimentos no âmbito da Justiça Federal, conforme mensagem SIAFI 2008/0071912, de 17/01/08 da Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal.

Conforme mensagens SIAFI 2009/0101098 e 0101121 (Anexo IV) não será possível observar a orientação da equipe de auditoria, tendo em vista que, de acordo com a orientação da SCI/CJF, devem ser efetuados lançamentos distintos.

5.5. Apropriar os valores relativos às consignações nas devidas contas contábeis, utilizando, para tanto, os eventos adequados, conforme apontado no item 2.2.5 deste relatório.

2.2.5. Apropriação de despesas com plano de saúde no evento 581464 (apropriação das retenções da folha de pagamento indenizações), quando o evento mais adequado seria 581417 (apropriação das retenções da folha de pagamento de consignações – planos especiais).

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças procederá em conformidade com a recomendação da equipe de auditoria.

5.6. Instruir o processo de folha de pagamento com todos os documentos de suporte à contabilização e com os registros do SIAFI (art. 18 da IN 6/07 – STN), conforme apontado no item 2.2.6 deste relatório.

2.2.6. Com relação às apropriações das contribuições patronais, não são juntados aos processos, os documentos oficiais da Seção de Folha de Pagamento, informando os valores que efetivamente devem ser recolhidos da folha.

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas foi orientada no sentido de proceder à juntada de todos os documentos indispensáveis à instrução do processo, em conformidade com a orientação supra.

5.7. Compatibilizar a classificação contábil das rubricas utilizadas na folha de pagamento com o SISUR, conforme apontado no item 2.2.7 deste relatório.

2.2.7.1. Na folha de pagamento NORMAL de JUL/08, no que tange à análise da utilização de rubricas constantes do Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal – SISUR, foram identificadas rubricas inexistentes/desativadas no SISUR, mas ainda utilizadas pela Seção de Folha de Pagamento:

2.2.7.2. Na folha de pagamento NORMAL de JUL/08, no que tange à análise da utilização de rubricas constantes do Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal – SISUR, foram identificadas rubricas com classificação de despesa divergente da classificação indicada no Relatório de Apropriação Contábil (RE/AC)

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas solicitou ao setor técnico a alteração das rubricas desativadas pelo SISUR, bem como a alteração dos elementos de despesa, conforme apontado pela equipe de auditoria no item 2.2.7.2 (Anexo V).

III) MATERIAL E PATRIMÔNIO

RECOMENDAÇÕES

- 5.1. Interromper as movimentações de material (recebimento e distribuição) no período de realização do inventário anual para não dificultar os trabalhos da Comissão;**
- 5.2. Analisar a possibilidade de elaborar um manual de orientação a fim de nortear as Comissões quanto aos procedimentos a serem adotados nos trabalhos de inventário;**
- 5.3. Comunicar com maior antecedência, a indicação dos servidores designados para fazer parte das Comissões de Inventário, para melhor planejamento e organização dos trabalhos;**
- 5.4. Alertar ao responsável pelo termo de responsabilidade, no ato do empréstimo permanente de material bibliográfico, que ele deverá zelar pelo patrimônio que lhe for confiado, e sempre que houver alteração de sua lotação deverá comunicar imediatamente à SEDOD para que promova a alteração do referido termo;**
- 5.5. Alertar à administração da SJRJ da necessidade da aquisição de um sistema de segurança (portais magnéticos ou câmeras de vídeo), para que se obtenha uma fiscalização eficiente no interior e na saída da biblioteca.**

No que tange à movimentação de material durante o período de realização do Inventário Anual de Almoxarifado, a Administração procederá ao estudo sobre a viabilidade de interrupção do recebimento de bens, entregues pelas fornecedoras.

No tocante ao sistema de segurança para a biblioteca, informamos que se encontra em andamento a aquisição de sistema de detecção anti-furto eletromagnético, conforme documento anexo (Anexo VI).

As demais recomendações serão implementadas pela Administração, com a devida orientação aos setores responsáveis.

IV) RECURSOS HUMANOS

RECOMENDAÇÕES

5.1. ACERTOS FINANCEIROS DECORRENTES DE DESLIGAMENTO DE SERVIDORES

Proceder aos cálculos relacionados ao desligamento de servidores dentro do exercício, efetuando-os tão logo seja apresentado o requerimento à Administração,

vez que, de acordo com a orientação do E. Conselho da Justiça Federal através do Ofício nº 2004.013298/CJF, de 27/03/2008, a data dos efeitos financeiros corresponde ao dia do seu efetivo desligamento do Quadro de Pessoal.

5.2 . AUXÍLIO-MORADIA

Juntar, ao final do exercício, a ficha financeira contendo os lançamentos referentes ao auxílio-moradia, a fim de que os autos fiquem mais transparentes em caso de possíveis auditorias do E. Tribunal de Contas da União.

5.3. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.3.1. Observar, nos casos futuros, o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Decreto nº 6.114/2007, aplicado no âmbito da Justiça Federal por força do contido na Resolução nº 576/2007-CJF, ressaltando que ainda está pendente de apreciação pela D. Presidência o procedimento proposto pela Divisão de Capacitação de Recursos Humanos/DICRE, descrito no item 2.5.

5.3.2. Disponibilizar a memória de cálculo de todos os acertos efetuados, juntando-a sempre aos autos.

5.4. CONCESSÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR AÇÕES DE TREINAMENTO E DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SEGURANÇA

Autuar processos individualizados, tal como ocorria com a concessão das vantagens pessoais como anuênios, quintos (atual VPNI), a fim de viabilizar o acompanhamento da situação de cada servidor, haja vista que se trata de vantagem financeira que é periodicamente implementada no decorrer da vida funcional, devendo os autos serem instruídos de forma a conter todas as informações necessárias para apurar a observância dos dispositivos contidos na regulamentação contida nos Anexos I e III, da Portaria Conjunta nº 01, de 07/03/2007 e as orientações emanadas do Encontro de Recursos Humanos realizado no Conselho da Justiça Federal em março/2007.

5.5. CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Avaliar a possibilidade de que passem a constar da instrução dos processos de concessão de licença para capacitação documento que discrimine o tempo de serviço/contribuição dos servidores (Mapa de Tempo de Serviço), a fim de que possa ser aferida, com maior agilidade e transparência, a regularidade do período de implementação do quinquênio para fins de concessão da licença ora em análise.

5.6. SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Proceder à assinatura das planilhas de controle de horas-extras sempre que as mesmas forem juntadas aos autos.

A Administração instruirá os setores competentes da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, para adoção das medidas que se fizerem necessárias para cumprimento das demais orientações da equipe de auditoria.

No que pertine ao item 5.4, no que se refere à concessão do Adicional de Qualificação por Ações de Treinamento, cabe esclarecer que o processamento individual das concessões do Adicional de Qualificação, em decorrência de ações de treinamento, ocorre de forma eletrônica, privilegiando-se a eficiência no desempenho das atividades administrativas, traduzida pela celeridade e economicidade de recursos, haja vista o elevado número de servidores desta Seção Judiciária atualmente beneficiados com esse adicional, em torno de mil servidores.

Complementamos que, por meio eletrônico, torna-se possível controlar e gerenciar a situação funcional de cada servidor, as datas dos efeitos financeiros e o tempo de duração de cada percentual concedido, bem ainda que a autuação única mensal com os relatórios extraídos do meio eletrônico visam consolidar os dados extraídos do sistema.

Por fim, informamos que todos os documentos de conclusão de ações de treinamento, que são apresentados pelos servidores, cujas informações são inseridas no sistema para processamento eletrônico, estão sendo arquivados em dossiês individuais.

Em relação à concessão da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, cabe esclarecer que, tendo em vista o elevado número de servidores desta Seção Judiciária que recebe a Gratificação de Atividade de Segurança, atualmente em torno de 99 (noventa e nove) servidores, buscou-se uma forma mais célere e econômica para o controle da concessão.

Adotou-se um processo administrativo único, anual, que foi sendo instruído ao longo do ano, mediante as informações encaminhadas pelos titulares das unidades de lotação dos Técnicos Judiciários/Segurança e Transporte e análise das condições legais para a concessão da gratificação. Após a juntada de todas as portarias de concessão, o processo é encaminhado para a área de capacitação, a fim de que seja efetivado o controle da realização anual do curso de reciclagem, condição a ser cumprida para a continuidade do recebimento da gratificação.

XIII- PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em cumprimento à determinação do ACÓRDÃO Nº2811/2008-TCU-2ªCâmara solicitando o detalhamento da situação referente à emissão do Termo de Recebimento Definitivo do

contrato firmado com a empresa IBEG Engenharia e Construções Ltda., Contrato nº002/2002, registra-se que não obstante o término da obra de reforço estrutural, ainda não foi concedido o referido Termo, visto que a empresa não emitiu a Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao Laudo Técnico conclusivo acerca do restabelecimento das condições estruturais do prédio, bem como não procedeu à recomposição das instalações, objeto da Carta de Intimação 031/2009-SG/ATC.

XIV- INFORMAÇÃO QUANTO AO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

Informações encaminhadas ao órgão de controle interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Admissão	75
Desligamento	26
Concessão de Aposentadoria	21
Alteração de Aposentadoria	16
Concessão de Pensão	15

XV- DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO ENVIO AO TRIBUNAL FOI DISPENSADO COM BASE NOS INCISOS I A IV DO ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – TCU Nº 56

Não ocorreram fatos ensejadores de abertura de Tomada de Contas Especial ou de sua dispensa.

XVI- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Os valores relativos às receitas fiscais – custas e depósitos judiciais – revelam a importância da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no quadro da Justiça Federal a nível nacional, considerando que os valores arrecadados colocam esta Seccional dentre as três seções judiciárias de maior arrecadação.

Releva, outrossim, destacar a implementação, no exercício de 2008, no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, ações nas áreas administrativa e judiciária, que serão destacadas a seguir, visando a possibilitar um maior acesso do cidadão aos serviços prestados pela Justiça Federal e dar mais celeridade à prestação jurisdicional.

Gestão Participativa: Conselho Consultivo da Direção do Foro e Juizes Federais Supervisores

A gestão participativa na SJRJ foi implantada com a instituição, em 2004, do Conselho Consultivo da Direção do Foro e a designação de Juizes Federais Supervisores, visando a qualificar os debates sobre questões institucionais e agregar juizes para auxílio no encaminhamento de questões administrativas.

No ano de 2008, o Conselho Consultivo, composto por 12 magistrados, realizou sessões regulares e contou com a implementação do sistema de votação eletrônica, para agilizar a decisão de assuntos de menor complexidade ou aqueles que necessitassem de apreciação urgente.

Fizeram parte da Administração da SJRJ outros 08 Juizes Federais Supervisores, em atuação nas seguintes áreas: Cálculo Judicial, Tecnologia da informação, Controle de Mandados, Atendimento dos Juizados especiais, Mutirões de Conciliação, Segurança e Transporte, Processo Eletrônico e Capacitação.

Reestruturação Organizacional

Com o objetivo principal de atender às necessidades específicas das Varas Federais, dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais, bem como o ajuste na estrutura organizacional da Administração na Capital e nas Subseções Judiciárias foi apresentada ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região nova proposta de Estrutura Organizacional. Essa proposta vem complementar as mudanças introduzidas em 2002 e 2006 quando a disponibilidade limitada de recursos determinou restrições significativas em relação ao projeto original.

Sistemas de Informática: SIGA

Dando prosseguimento ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), o módulo SIGA-Expediente passou a abranger todas as unidades judiciárias da SJRJ e as unidades administrativas da Seção Judiciária do Espírito Santo e do TRF2R.

Com relação às atividades de Recursos Humanos foi implementado o SIGA-Treinamento, com a finalidade de automatizar o controle dos eventos de capacitação, o SIGA-Cadastro com o submódulo Cadastro Básico de Recursos Humanos, para cadastramento e controle das informações pessoais e funcionais dos servidores e o SIGA-Benefícios, com a finalidade de cadastramento, controle e cálculos das informações sobre o Plano de Saúde, Fator Moderador, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte e Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia (Papsi).

Implementação da Comissão Local de Segurança da Informação

Em atendimento à Resolução 06/2008, do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação e da utilização de ativos de informática no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, foi instituída pela Direção do Foro a Comissão Local de Segurança da Informação.

A Comissão composta por 15 representantes das diversas áreas de atuação da Administração da SJRJ vem se reunindo regularmente para elaboração de estudos e apreciação de questões relativas a gerência da segurança das informações produzidas e veículas na SJRJ.

Redução de Custos com Assinatura DJ e DOU e com Publicações DOERJ

Estudos realizados por diversos setores da SJRJ e submetidos ao Conselho Consultivo da Direção do Foro propiciaram a redução do número de assinaturas dos Diários Oficiais do Estado e da União, minimizando os gastos com a aquisição dos jornais oficiais.

Também com o objetivo de reduzir custos, foram realizadas negociações com a Imprensa Nacional, o que resultou em uma economia de cerca de 60% do valor inicialmente previsto e, paralelamente, adotada nova sistemática de publicação, utilizando-se os dias pares para as unidades judiciárias da capital e os dias ímpares para as do interior.

Implantação de Recursos Tecnológicos para o Programa de EAD

Tendo em vista ampliar as oportunidades de desenvolvimento para os servidores lotados nas Subseções Judiciárias foi configurado e implantado o sistema software livre Moodle para Educação a Distância e suporte técnico para a área de capacitação e Programa de Desenvolvimento Gerencial, permitindo a expansão das ações de capacitação e o alcance dos magistrados e servidores das Varas Federais e Juizados Especiais do interior.

Revista SJRJ - Produto Editorial Internacional

Um novo projeto gráfico, mais atraente, mais fácil de manusear e mais moderno, foi concebido para a Revista SJRJ. Além dessas melhorias a nova concepção também atende aos requisitos do Programa Qualis, da Capes, para as publicações acadêmicas. O sistema de avaliação de artigos é imparcial (blind peer review), o que permite a publicação de textos de mais qualidade. Em breve, será, implantado o controle da produção editorial totalmente eletrônico (Sistema SEER).

Memória Institucional

Em 2008, dando continuidade ao Programa Memória Institucional para a organização do Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (período 1938 –1973), cerca de 7.000 processos foram selecionados e higienizados. Mais de 50% desse acervo passou ainda por identificação e descrição arquivística, tendo suas informações indexadas e inseridas em sistema próprio, cujo banco de dados é aberto a consulta acadêmica e científica.

Planejamento Estratégico da TI

Para melhor gestão dos recursos de tecnologia da Informação foram realizadas ações de preparação do ambiente para a implantação de projeto no biênio 2009-2010. Entre as

principais ações realizadas em 2008 destacam-se: diagnóstico organizacional da STI; (re)definição das competências das unidades integrantes da Subsecretaria e capacitação em COBIT 4.1.

Sistema Processual Único da Justiça Federal (e-Jud)

A SJRJ vem tendo participação efetiva na elaboração do Sistema Processual Único da Justiça Federal. Destacam-se as atividades realizadas nos grupos temáticos GT7 (Grupo de acompanhamento de atos processuais externos) e GT11 (Grupo de controle de execuções penais e de suspensão condicional do processo, cadastro de jurados e controle de bens), relativas ao levantamento de requisitos com os usuários e à descrição de alguns Casos de Uso, estes em fase de homologação a partir de janeiro de 2009.

Mutirões de Conciliação

No exercício de 2008 foram realizados 7 mutirões de conciliação envolvendo a Caixa Econômica Federal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e a Ordem dos Advogados do Brasil com a apreciação das seguintes matérias: Contratos e Responsabilidade Civil; Sistema Financeiro de Habitação; Contratos Comerciais e Habitacionais; Poupança e Anuidades.

Foram designadas 1.362 audiências, com a participação de 15 varas cíveis durante os mutirões, tendo sido homologados 739 acordos, correspondentes a 54,25% das audiências, com um montante de R\$ 11.030.381,84 de previsão de recuperação de crédito.

Seguridade Social, Justiça Social e Cidadania

Em outubro foi realizado o Seminário “Seguridade Social, Justiça Social e Cidadania”. O evento propôs uma reflexão sobre os 20 anos de promulgação da Constituição Federal, trazendo à SJRJ para o debate magistrados, acadêmicos e profissionais da área de Serviço Social.

Normalização

No âmbito das normas editadas pela Direção de Foro ressaltam-se as seguintes Portarias:

PGD2008/00019 - Cria Grupo de Trabalho para acompanhar o desenvolvimento do Sistema Processual Único da Justiça Federal - E-Jud.

PGD2008/00029 - Estabelece critérios para organização e funcionamento da Comissão Local de Segurança da Informação (CLSI) e aprova Regulamento.

PGD2008/00033 - Aprova categorização por especialização/matéria e localização das Varas Federais/Juizados Especiais Federais.

PGD2008/00050 - Estabelece critérios para a movimentação e a lotação de servidores na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

PGD2008/00086 - Disciplina recebimento e tramitação das cartas precatórias, rogatórias e de ordem enviadas através de correio eletrônico.

CONCLUSÃO

A constante evolução social demanda do serviço público respostas positivas, em termos de eficiência, eficácia e efetividade dos serviços oferecidos, exigindo a incorporação de uma nova visão quanto à gestão da coisa pública e à aplicação dos recursos em ações que agreguem valor e resultem em efetivos ganhos sociais.

O Poder Judiciário não pode ficar alheio a essa realidade e vem disponibilizando as respostas demandadas, através da adoção de novos mecanismos de gestão, voltados à implantação de processos de melhoria contínua, de planejamento estratégico, gerência de processos e de projetos, de avaliação e de prestação de contas das atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes, entre elas a Justiça Federal.

Para a realização de ações com enfoque na celeridade na tramitação e julgamento dos feitos, na profissionalização da gestão, na melhoria da qualidade do atendimento e na otimização dos recursos foram desenvolvidas as ações constantes deste Relatório, conduzidas pela Direção do Foro, em consonância com a Secretaria Geral, e orientadas por objetivos estratégicos que visam à satisfação do cliente, busca de excelência da gestão pelo aprimoramento da capacitação de servidores, ampla utilização de sistemas de Tecnologia da Informação e busca da racionalização de procedimentos nas áreas administrativa e judiciária.

O presente Relatório retrata as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com destaque para as ações relevantes desenvolvidas com o propósito de oferecer aos jurisdicionados uma justiça ágil e eficiente e de qualidade. Nesse sentido destacamos: a contínua expansão da virtualização da atividade processual; o desenvolvimento de sistemas informatizados; a implantação de recursos para a atividade de educação a distância como possibilidade de ampliação das ações de capacitação para os servidores das subseções judiciárias; os mutirões de conciliação e a participação na Semana Nacional de Conciliação.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Com as ações empreendidas durante a execução do orçamento do exercício 2008 buscou-se alcançar a melhoria contínua dos serviços jurisdicionais oferecidos à população do Estado do Rio de Janeiro, de modo a dar efetivo cumprimento aos princípios constitucionais que resguardam o interesse público e o exercício da cidadania.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2009

ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU
Juiz Federal – Diretor do Foro, em exercício
Seção Judiciária do Rio de Janeiro